

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 169.559 - SC (2019/0350506-8)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
SUSCITANTE : **ATHLETIC WAY COMERCIO DE EQUIPAMENTOS PARA GINASTICA E FISIOTERAPIA LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**
ADVOGADOS : **DANIEL BURCHARDT PICCOLI - RS066364**
CAROLINA MIGUEZ DE ALMEIDA E OUTRO(S) - RS073328
RENATO DAL ZOT - RS082905
SUSCITADO : **JUÍZO DE DIREITO DA 3A VARA CÍVEL DE JOINVILLE - SC**
SUSCITADO : **JUÍZO DA 2A VARA DO TRABALHO DE FLORIANÓPOLIS - SC**
INTERES. : **HEIDER SOUZA DE SANTANA**
ADVOGADO : **ADRIAN MARCELO TRIAS - SC013921**

EMENTA

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. SOCIEDADE EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ATOS CONSTRITIVOS DETERMINADOS EM EXECUÇÃO TRABALHISTA, REFERENTES A CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS. SOBRESTAMENTO QUE SE IMPÕE. LIMINAR DEFERIDA.

DECISÃO

Cuida-se de conflito positivo de competência suscitado por Athletic Way Comércio de Equipamentos para Ginástica e Fisioterapia Ltda. - em recuperação judicial, apontando como suscitados o Juízo de Direito da 3ª Vara Cível de Joinville-SC e o Juízo da 2ª Vara do Trabalho de Florianópolis-SC.

Alega a suscitante que, em 23/5/2017, o grupo econômico do qual faz parte ingressou com pedido de recuperação judicial, nos termos dos arts. 47 e seguintes da Lei n. 11.101/2005, cujo processamento foi deferido pelo Juízo de Direito da 3ª Vara Cível de Joinville-SC, por decisão datada de 18/7/2017.

Por outro lado, em 10/6/2014, foi distribuída a execução trabalhista promovida por Heider Souza de Santana perante o Juízo da 2ª Vara do Trabalho de Florianópolis-SC, sendo que, em 7/11/2019, o Juízo Trabalhista determinou o prosseguimento da execução referente às contribuições previdenciárias por meio do convênio BACENJUD, conforme requerido pela Procuradoria da Fazenda Nacional (e-STJ, fls. 168 e 176).

Em decorrência disso, pleiteia a concessão de tutela de urgência a fim de determinar "o sobrestamento do processo de nº 0000652-29.2014.5.12.0014, em trâmite

perante a 2ª VARA DO TRABALHO DE FLORIANÓPOLIS/SC, suspensão que deve alcançar a impossibilidade de prosseguimento da execução da terceira interessada na lide (UNIÃO FEDERAL – PGFZ) e seus respectivos atos expropriatórios, designando-se o Juízo da recuperação judicial para resolver, em caráter provisório, as medidas que se façam urgentes, por meio de comunicação ao órgão jurisdicional" (e-STJ, fl. 17).

Brevemente relatado, decido.

O quadro delineado pela suscitante justifica, ao menos neste exame perfunctório, o deferimento da medida urgente pleiteada, estando atendidos os requisitos do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, caracterizado este pela decisão do Juízo Laboral autorizando o prosseguimento da execução trabalhista, sobretudo mediante a possibilidade de atos de constrição do patrimônio da suscitante.

Na apreciação de casos análogos, o Superior Tribunal de Justiça vem adotando a orientação segundo a qual "a decisão que defere o processamento do pedido de recuperação judicial tem como um de seus efeitos exatamente a suspensão das ações e execuções individuais contra o devedor que, dessa forma, pode desfrutar de maior tranquilidade para a elaboração de seu plano de recuperação, alcançando o fôlego necessário para atingir o objetivo de reorganização da empresa" (CC n. 126.135/SP, Relatora a Ministra Nancy Andrighi, Segunda Seção, DJe de 19/8/2014).

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. JUÍZO DE DIREITO E JUÍZO DO TRABALHO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PROCESSAMENTO DEFERIDO. NECESSIDADE DE SUSPENSÃO DAS AÇÕES E EXECUÇÕES. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PRECEDENTES.

1. Uma vez deferido o processamento da recuperação judicial, ao Juízo Laboral compete tão-somente a análise da matéria referente à relação de trabalho, vedada a alienação ou disponibilização do ativo em ação cautelar ou reclamação trabalhista.

2. É que são dois valores a serem ponderados, a manutenção ou tentativa de soerguimento da empresa em recuperação, com todas as consequências sociais e econômicas daí decorrentes - como, por exemplo, a preservação de empregos, o giro comercial da recuperanda e o tratamento igual aos credores da mesma classe, na busca da "melhor solução para todos" -, e, de outro lado, o pagamento dos créditos trabalhistas reconhecidos perante a justiça laboral.

3. Em regra, uma vez deferido o processamento ou, a fortiori, aprovado o plano de recuperação judicial, revela-se incabível o prosseguimento automático das execuções individuais, mesmo após decorrido o prazo de 180 dias previsto no art. 6º, § 4, da Lei 11.101/2005.

4. Conflito conhecido para declarar a competência do Juízo de Direito da Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Distrito Federal. (CC n. 112.799/DF, Relator o Ministro Luis Felipe Salomão, Segunda Seção, DJe de 22/3/2011)

Ademais, conquanto se trate de execução de crédito tributário pela União, no bojo da referida ação trabalhista, vale ressaltar que, de acordo com o entendimento jurisprudencial consolidado na Segunda Seção do STJ, embora o deferimento da recuperação judicial não tenha, por si só, o condão de suspender as execuções fiscais, na dicção do art. 6º, § 7º, da Lei n. 11.101/2005, a pretensão constitutiva direcionada ao patrimônio da empresa em recuperação judicial deve, sim, ser submetida à análise do juízo universal, em homenagem ao princípio da preservação da empresa.

Não se deve perder de vista que a discussão estabelecida no presente conflito de competência envolve "uma antinomia que assume grande relevância. Por um lado, há a supremacia da execução fiscal, que visa resguardar o indiscutível interesse público representado pelo crédito tributário (art. 6º, § 7º, da Lei n. 11.101/2005). Um outro ângulo da questão, no entanto, revela a existência de um interesse público igualmente considerável na preservação da empresa em dificuldades financeiras, com a manutenção das unidades produtivas e de postos de trabalho" (CC n. 116.213/DF, Relatora a Ministra Nancy Andrighi, DJe de 5/10/2011).

A ponderação desses interesses reclama a interpretação sistemática dos dispositivos da Lei de Falências, reconhecendo-se que "a execução fiscal efetivamente não se suspende, mas a pretensão constitutiva voltada contra o patrimônio das pessoas jurídicas em recuperação deve ser submetida à análise do juízo universal, evitando-se a frustração da recuperação da empresa" (CC n. 114.987/SP, Relator o Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, DJe de 23/3/2011).

No mesmo sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO POSITIVO DE
COMPETÊNCIA - RECUPERAÇÃO JUDICIAL - EXECUÇÃO
FISCAL - COMPETÊNCIA DO JUÍZO FALIMENTAR -

PRECEDENTES DO STJ - AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. O Juízo universal é o competente para a execução dos créditos apurados nas ações trabalhistas propostas em face da Varig S/A e da VRG Linhas Aéreas S/A (arrematante da UPV), sobretudo porque, no que se refere à arrematação judicial da UPV, ficou consignado em edital, nos termos da Lei 11.101/05, que sua transmissão não acarretaria a assunção de seu passivo.

2. Embora a execução fiscal, em si, não se suspenda, devem ser obstados os atos judiciais que reduzam o patrimônio da empresa em recuperação judicial, enquanto mantida essa condição. Precedentes: CC 119.970/RS, rel. min. Nancy Andrighi (DJe de 20/11/2012); CC 107.448/DF, 2ª Seção, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, DJe de 27/10/2009.

[...]

4. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no CC n. 87.263/RJ, Relator o Ministro Marco Buzzi, DJe de 19/8/2014);

AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. EXECUÇÃO FISCAL EM TRÂMITE NO JUÍZO TRABALHISTA. PRÁTICA DE ATOS QUE COMPROMETAM O PATRIMÔNIO DA EMPRESA RECUPERANDA. IMPOSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DO JUÍZO UNIVERSAL. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 97 DA CF E DE DESRESPEITO À SÚMULA VINCULANTE N. 10/STF. DECISÃO MANTIDA.

[...]

2. Apesar de a execução não se suspender em face do deferimento do pedido de recuperação judicial (art. 6º, § 7º, da Lei n. 11.105/2005, art. 187 do CTN e art. 29 da Lei n. 6.830/1980), submetem-se ao crivo do juízo universal os atos de alienação voltados contra o patrimônio social das sociedades empresárias em recuperação, em homenagem ao princípio da preservação da empresa.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no CC n. 128.044/SC, Relator o Ministro Antonio Carlos Ferreira, DJe de 3/4/2014)

Ante o exposto, defiro a liminar para determinar a imediata suspensão do andamento da Reclamação Trabalhista n. 0000652-29.2014.5.12.0014, em curso perante o Juízo da 2ª Vara do Trabalho de Florianópolis-SC, inclusive em relação a eventuais atos de constrição patrimonial que já tenham sido realizados.

Fica designado o Juízo de Direito da 3ª Vara Cível de Joinville-SC para dirimir, em caráter provisório, as questões urgentes.

Superior Tribunal de Justiça

Oficie-se aos Juízos suscitados, comunicando-lhes o teor desta decisão e solicitando-lhes que prestem as necessárias informações, no prazo de 10 (dez) dias.

Após a juntada das informações, abra-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator